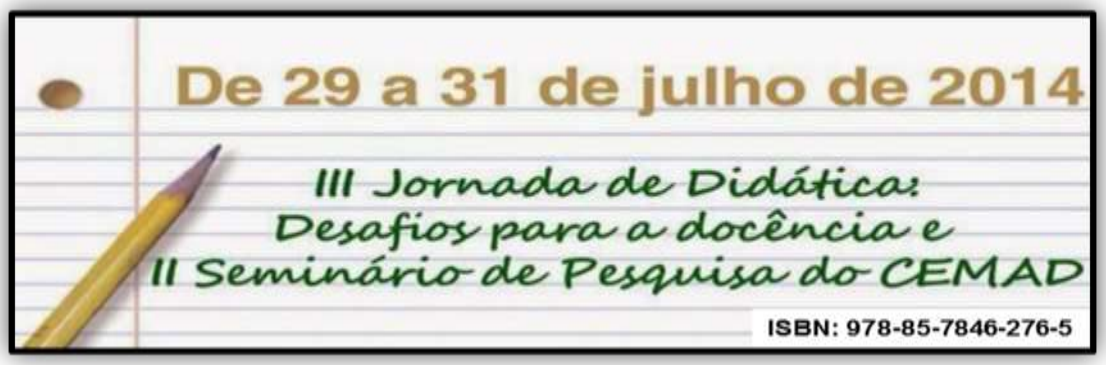

OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DO IMPERADOR AO GENERAL

Rogério Fernandes Cordeiro; Drª.Soraia Kfouri Salerno Chafic

Resumo

O presente trabalho buscará fazer uma análise sócio-histórica do desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, desde seu surgimento, ainda na época do Brasil Colônia, quando temos os primeiros movimentos por uma Educação Superior, passando pelo período Imperial (implementação) e República, até a Reforma Universitária, implantada no governo militar. Objetivamos levantar o contexto histórico da Educação Superior no Brasil, sua gênese e evolução, algumas regulamentações oficiais que traçaram esse caminho e o legado deixado para o século XXI. Especificamente, por meio do estudo realizado, analisar como o interesse de determinados grupos sociais que detinham o poder político-econômico foram definidores do rumo tomado nesse sentido e preservados pelos diversos governos que se sucederam nesse processo. A metodologia de pesquisa se respalda na vertente qualitativa, tendo como procedimento a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, alicerçada principalmente em Anísio Teixeira (1989), Luiz Antônio Cunha (1988, 2007), Maria de Lourdes de Souza Fávero (2000, 2006) e Dermeval Saviani (2008, 2010). Como pressupostos da pesquisa em curso, consideramos a atuação da classe dominante nas decisões concernentes à Educação Superior, refletiu em seu desenvolvimento tardio no Brasil no início do século XX, deixando um legado para sua expansão posterior. O interesse de grupos sociais que detinham o poder político-econômico foram definidores do rumo tomado nesse sentido e preservados pelos diversos governos que se sucederam nesse processo.

Palavras-chave: Educação Superior; Reforma de 1968; Legado.

Introdução

O trabalho a que nos propomos desenvolver buscará analisar o surgimento e desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, utilizando como âncoras os períodos históricos compreendidos pelo surgimento da Educação Superior (período imperial) e da Reforma Universitária no governo militar; buscaremos elementos ainda na época do Brasil Colônia, quando temos os primeiros movimentos voltados no país para uma educação oficialmente de caráter superior, passando pelas fases

de império e república, até o momento em que se dá uma guinada na história recente do país, principalmente para a Educação Superior: a revolução de 1964 e implantação do governo militar e as mudanças que este veio a implementar, mais objetivamente, a Reforma Universitária de 1968.

Vamos ao encontro de fatores sócio-políticos que foram marcantes para que se desse a instalação e o desenvolvimento das primeiras Escolas Superiores; a quais interesses sua implantação veio responder? De que forma as primeiras decisões e ações tomadas pelo poder central vieram a interferir de forma decisiva nos rumos a que este viria tomar? Levando em consideração que tenha ocasionado um possível atraso nesse processo; traremos à tona o fenômeno do desenvolvimento tardio da Educação Superior, algo que CUNHA, 2007, classifica como uma *universidade temporã.*

A interferência de fatores sócio históricos se imbricam do período Colonial ao período Militar, refletindo num legado para a Educação Superior contemporânea. Mecanismos estiveram pressentes nesse processo histórico e foram objetos dos diversos Projetos de Governos, presenciamos num ponto culminante que foi a Reforma Universitária de 1968. Ligar os fatos e momentos históricos não é tarefa fácil, para elucidarmos o problema de pesquisa que ora nos propomos: qual a possível relação de fatores sócio-políticos do período Imperial (implementação) e do período Militar (reforma) para a Educação Superior, que identificamos como legado para o século XXI.

Metodologia

Este estudo terá por base o uso de procedimentos da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, buscando elucidar o seguinte problema de pesquisa: Qual a possível relação de fatores sócio-políticos do período Imperial (implementação) e do período Militar (reforma) para a Educação Superior, que identificamos como legado para o século XXI? O percurso se fundamenta principalmente em Luiz Antônio Cunha (1988, 2007) e Maria de Lourdes de Souza Fávero (2000, 2006); ainda sobre, Carlota BOT0 (2010) que desenvolve sua análise sobre as reformas educacionais implementadas em Portugal no período pombalino, e as marcas que estas deixam no sistema educacional português; situaremos nesse sentido, de que forma se encontra a Educação Superior em Portugal, marcada pelo Iluminismo, pela profundidade da dimensão religiosa na questão educacional e por um Estado que conduz e define os sentidos da educação.

A análise voltada à formação da estrutura social por meio do método qualitativo vem ao encontro à preocupação com questões implícitas que não podem ser reduzidas à simples operacionalização de variáveis temporais. Nesse sentido, buscaremos aplicar uma visão global de investigação de base histórica, analisando as mudanças sociais e políticas, tendo estas como condutoras dos processos de mudanças educacionais que buscaremos analisar. Como procedimento, a pesquisa bibliográfica ou de levantamento de referenciais teóricos pertinentes ao tema, se justifica pelo caráter exploratório de análise crítica, ou seja, em busca do desvelamento do real sobre o campo da Educação Superior.

Dessa forma, procuramos compreender o processo histórico da Educação Superior no Brasil, sua gênese e evolução, a partir da relação de fatores sócio-políticos dos referidos períodos, que utilizaremos como âncoras para análise, identificando o legado deixado para o século XXI.

Referencial Teórico

O Ensino Superior que se implanta no Brasil com a chagada da família real portuguesa e a criação por D. João VI das Academias Reais é algo que contempla "formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano talvez secundário, profissionais de nível médio" (CUNHA, 1980, *apud* FÁVERO, 2006, p. 20). Nesse sentido, criam-se ainda diversos cursos superiores isolados pelo país afora, sendo que estes não tinham ainda em sua base a articulação das idéias e o debate aberto entre si, elemento este que faz da universidade um "palco de discussões sobre a sociedade (...) ser o espaço em que se desenvolve o pensamento teórico-crítico de idéias, opiniões, posicionamentos (...) alternativas para soluções de problemas" (FÁVERO, 2006, p. 19). Pouco significativo foi o desenvolvimento do Ensino Superior nos mais de oitenta anos de período imperial, Saviani (2010, p. 5): "duas características são comuns a todos eles: trata-se de cursos ou faculdades isolados e são todos eles públicos mantidos, portanto, pelo Estado", e esteve ainda apenas voltado à algumas profissões liberais, ocupadas quase todas as vagas, pelos filhos das famílias mais abastadas.

Com a República, eis que novos rumos, ainda que modestos, são dados à Educação Superior; PAULA, 2009, afirma que a universidade é criada de fato nesse período. Aí surgem a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo e a do Distrito Federal, ainda nesse período, surgem diversas universidades particulares. Havia nesse momento um forte sentimento de crença na possibilidade de que no país se instalasse de fato uma democracia liberal. Com a revolução de 1930, e a efervescência dos movimentos sociais, também estudantes de todo país se reúnem em entidade que os represente: eis que surge a UNE, reforçando ainda mais movimento estudantil, os organizando em classe.

Segundo SAVIANI, 2010 o movimento estudantil passa a tomar proporções maiores; a procura pela vagas nas universidades aumenta, na medida em que aumenta também a concentração de pessoas nas grandes cidades. A busca pela formação e fim de obter colocação no mercado de trabalho é um dos fortes motivos desse movimento.

A "crise da Universidade" (FÁVERO, 2006, p.32) vai ser motivo de resposta do Estado apenas no período após o golpe de 1964, quando o então governo militar cria Grupo de Trabalho específico para analisar a situação e apresentar propostas de reforma. A ideologia governamental autoritária, mantendo-se presente levou ao final das contas, a criação da "educação que nos convém" (SAVIANI, 2008, p. 298)

Ainda assim, CUNHA, 2000, analisando posteriormente o contexto, afirma que "sem desconsiderar as danosas conseqüências que a ditadura militar (1964-82) teve na vida acadêmica, não é possível deixar de levar em conta o fato de que foi nesse

período que o processo tardio de formação da universidade brasileira recebeu o maior impulso. (p.178)

Referências

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p.282 – 299, mai/ago 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 maio 2014.

CUNHA, Luíz A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In:* LOPES, E.M.T, et. al. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2000.

CUNHA, Luíz A. **A universidade temporã:** O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed.- São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar.** Curitiba; n. 28, 2006, p. 17-36.

PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista Avaliação** (Campinas) [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 71-84. ISSN 1414-4077. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100005. Acesso em: 12 Março 2014.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica.** Goiânia; v.8, n.2 ago/dez.2010, p.4-17.

_____. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos CEDES,** Campinas; v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300002&script=sci_arttext . Acesso em: 09 jun. 2014